

# Sarney pretende apressar as negociações com

O  
TIME  
FMI

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto desmentiu ontem notícias de que o Governo só pretendia chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os banqueiros credores em setembro ou novembro próximos.

— Ao contrário, o Presidente José Sarney quer ver os acordos fechados o mais rápido possível, até porque deles depende a definição da política econômica para este ano — afirmou o Porta-Voz do Planalto para Assuntos Econômicos, Frota Neto.

Segundo o Porta-Voz, os números que servem de base à elaboração da minuta da nova Carta de Intenções que o Brasil enviará à Junta de Diretores (Board) do FMI, são os mesmos já definidos pelo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, em pronunciamento no Congresso: inflação de 200 por cento em 85 e expansão de 150 por cento para a base monetária (emissão de moeda), o que permitirá à economia do País crescer quatro por cento este ano.

Esta previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é considerada “perfeitamente compatível com a inflação esperada — que pode até ser inferior a 200 por cento — e com o ajustamento da economia brasileira” afirmou Frota Neto.

O atual estágio dos entendimentos com a missão do FMI permite prever que a minuta da Carta de Intenções — a primeira da Nova República e a oitava a ser en-

viada pelo Brasil ao FMI — será definida nos próximos dias. Segundo o Porta-Voz do Planalto, ela não terá cláusulas que firam a soberania nacional e “causem desconfortos políticos internos”.

O documento será encaminhado ao Presidente Sarney para aprovação, antes de ser remetido à direção do FMI em Washington. Esse processo, segundo fontes do Banco Central, vai demorar mais uma ou duas semanas, ao final das quais serão iniciadas as conversações com os banqueiros internacionais para o reescalonamento plurianual da dívida que vence até 1991, calculada em US\$ 45 bilhões.

Frota Neto confirmou também que o Brasil pedirá aos bancos prazo de 16 anos para pagar, com sete anos de carência, além de juros mais baixos, como havia revelado o Presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber.

O Porta-Voz lembrou, ainda, que o Presidente Sarney delegou ao Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, através de decreto, poderes para negociar com o FMI, deixando ao Banco Central a tarefa de manter entendimentos com os banqueiros.

● A imediata renegociação da dívida externa com o estabelecimento de prazo de carência para os pagamentos foi defendida ontem pelo Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Cláudio Bardella. Na opinião do empresário, esta é a única saída para a retomada do desenvolvimento econômico.